

Inadimplência aumenta pela primeira vez em oito meses

Mesmo com juros em alta, brasileiros seguem ampliando a contratação de dívidas: percentual de famílias endividadas aumentou 1 ponto percentual entre outubro e novembro, alcançando 75,6% dos lares no País. Na esteira do aumento mais destacado dos juros, o indicador de contas ou dívidas atrasadas é o maior desde setembro de 2020.

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Novembro de 2020	66,0%	25,7%	11,5%
Outubro de 2021	74,6%	25,6%	10,1%
Novembro de 2021	75,6%	26,1%	10,1%

O percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa) alcançou 75,6% em novembro, alta de 1 ponto percentual em relação a outubro e de 9,6 pontos ante novembro de 2020. Mesmo com juros maiores, as necessidades de crédito dos consumidores seguem elevadas, refletindo o maior endividamento em dimensões nacionais.

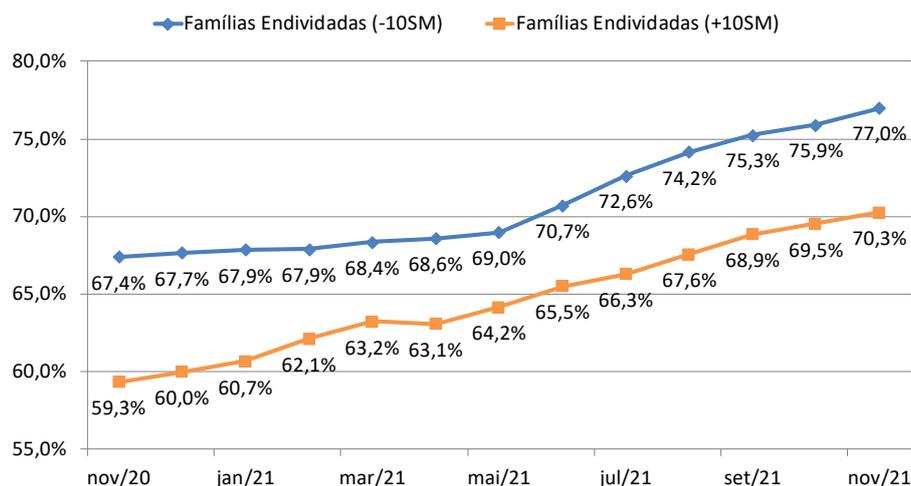
As concessões de crédito com recursos livres para pessoas físicas aumentaram 5,3% em setembro, segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo Banco Central (Bacen), e cresceram 8,1% em termos reais, relativamente a setembro de 2020. No saldo das operações, o aumento real foi de 1% nas operações com recursos livres.

Com o endividamento recorde, o qual alcançou cerca de 12 milhões e 327 mil famílias em novembro, e os desafios econômicos impostos aos orçamentos domésticos, a inadimplência aumentou na passagem mensal, o que não ocorria desde fevereiro deste ano.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso alcançou o maior nível desde setembro do ano passado, atingiu 26,1% do total de famílias, 0,5 ponto maior do que o nível de outubro e 0,4 ponto acima do apurado em novembro de 2020. Para meses de novembro, trata-se da maior proporção observada na série histórica do indicador.

A parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que permanecerão inadimplentes manteve-se estável na passagem mensal, em 10,1%, e queda de 1,4 ponto na comparação anual.

O endividamento nos dois grupos de renda pesquisados segue apresentando tendências de alta desde abril deste ano, passada a segunda onda da pandemia da covid-19. Em novembro, para as famílias com renda até dez salários mínimos, o percentual das endividadas saltou novamente para 77% do total de famílias, ante 75,9%. No mesmo mês de 2020, 67,9% das famílias nessa faixa de renda estavam endividadas, incremento de quase 10 pontos percentuais.



Para esse grupo, em especial, a inflação corrente ao consumidor girando próxima a 11% ao ano acirra o orçamento familiar e aumenta a necessidade do crédito para recomposição da renda.

Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos, a proporção de endividados igualmente alcançou o maior patamar, com incremento de 69,5% para 70,3% em novembro, ante 59,3% em novembro de 2020. Para esse grupo, a comparação do nível de endividamento interanual mostra incremento ainda mais expressivo, +11 pontos percentuais.

As famílias no grupo de renda mais elevado têm revertido suas poupanças, ampliadas durante a pandemia, para o consumo de serviços, auxiliando a retomada da atividade econômica no setor, em especial as atividades nos segmentos de serviços prestados às famílias e serviços turísticos.

Houve tendências divergentes na inadimplência entre as faixas de renda, tanto na passagem mensal quanto na comparação anual. A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso na faixa de até dez salários mínimos voltou a aumentar de 28,9% para 29,4%, ante 28,9% em novembro de 2020, alcançando o maior nível desde setembro de 2020. Já no grupo com renda superior a dez salários mínimos, o percentual caiu de 11,6% para 11,4%, entre outubro e novembro, e 11,8% em novembro de 2020, chegando à menor proporção desde julho de 2020.

O percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas em atraso e que vão permanecer inadimplentes cresceu pela primeira vez desde julho, alcançou 12% do total de famílias, ante 11,9% em outubro e 13,4% em novembro do ano passado. Entre os com mais de dez salários de renda, 3,2% não terão condições de quitar compromissos financeiros em aberto, ante 4,7% em outubro do ano passado.

Em relação à percepção individual quanto ao nível de endividamento, a proporção das famílias que se declararam muito endividadas manteve-se estável entre outubro e novembro, em 14,8% dos endividados, mas aumentou 0,7 ponto na comparação com o mesmo mês do ano passado. Já em relação a novembro de 2019, antes da pandemia, o indicador havia registrado 14,4%. Esse é um dos indicadores relevantes para caracterizar a condição de superendividamento.

A parcela média da renda comprometida com dívidas aumentou ligeiramente no mês, de 30,2% para 30,3%, após ter atingido a média de 30,5% da renda mensal em julho, a maior proporção deste ano. Para as famílias com até 10 SM, o indicador aponta estabilidade nos últimos três meses, em 30,8% da renda.

Parcela da Renda Comprometida com Dívida (entre os endividados)			
(Cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro)			
Novembro de 2021			
Faixa	Total	Renda Familiar Mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Menos de 10%	20,8%	19,5%	27,3%
De 11% a 50%	54,4%	54,5%	53,7%
Superior a 50%	20,8%	22,1%	14,5%
Não Sabe / Não Respondeu	4,0%	3,9%	4,4%
Parcela Média	30,3%	30,8%	27,6%

A proporção das que afirmam ter mais de 50% da renda comprometida com dívidas teve pequeno aumento de 0,1 ponto percentual em novembro, representando 20,8% do total de endividados, mas queda em relação aos 22,2% apurados em novembro de 2020 e 21% em novembro de 2019. O indicador é também um dos que podem ser considerados para caracterizar a situação de superendividamento, e o resultado mais favorável indica que os consumidores estão tentando reduzir o comprometimento da renda dedicada ao pagamento de dívidas com o sistema financeiro.

A proporção do total de famílias endividadas no cartão de crédito segue avançando, com 85,2% dos endividados com compromissos na modalidade, considerado crédito de curto prazo e o meio de pagamento mais difundido no País. Em relação a novembro de 2020, a modalidade avançou 7,4 pontos no endividamento, o maior incremento anual da série histórica do indicador. Comparativamente a novembro de 2019, antes da pandemia, o incremento é de 6,3 pontos.

Os carnês de lojas e o financiamento automotivo seguem entre as principais modalidades no endividamento, sendo os carnês e o crédito pessoal as modalidades que mais cresceram em relação a novembro de 2020 (4,8 e 1,9 ponto percentual, respectivamente).

Tipo de dívida (% de famílias)			
Novembro de 2021			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	85,2%	85,7%	84,1%
Cheque Especial	5,7%	5,8%	5,4%
Cheque Pré-Datado	0,6%	0,6%	0,3%
Crédito Consignado	6,5%	6,5%	6,7%
Crédito Pessoal	9,5%	10,0%	7,1%
Carnês	20,9%	21,7%	16,9%
Financiamento de Carro	12,6%	10,9%	20,7%
Financiamento de Casa	9,9%	8,1%	17,8%
Outras dívidas	2,3%	2,5%	1,1%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,8%	0,7%	1,3%

O tempo de comprometimento com dívidas tem aumentado entre os endividados, em que a proporção de famílias endividadas por mais de um ano é crescente desde o final do primeiro trimestre e atingiu a máxima histórica de 36,2%. Isso indica que os consumidores estão buscando alongar os prazos de pagamento de suas dívidas para que a parcela caiba nos orçamentos e, assim, reduzam o comprometimento da renda com dívidas e o risco da inadimplência.

Dentre os inadimplentes, o tempo médio de atraso na quitação das dívidas voltou a aumentar em novembro, chegando a 61,6 dias. A proporção de atrasos acima de 90 dias é a maior desde agosto deste

ano, alcançando 41,6% das famílias inadimplentes. O indicador encontra-se, porém, 1,4 ponto percentual abaixo da proporção de novembro de 2020.

O endividamento cresceu pelo 12º mês consecutivo, embora estejamos experimentando a alta mais pronunciada dos juros neste segundo semestre. De acordo com os dados do Banco Central, os juros médios às pessoas físicas nas linhas de crédito com recursos livres, aquelas que englobam as principais modalidades de dívidas, chegaram a 41,3% em setembro, dado mais recente disponível até o fechamento dessa pesquisa. Em setembro de 2020, os juros médios praticados foram de 38,1% e, em dezembro, 37,1% ao ano.

A inflação corrente elevada, disseminada e persistente tem deteriorado os orçamentos domésticos e diminuído o poder de compra das famílias, em especial as na faixa de menor renda. Alimentos, transportes, energia e medicamentos são os grupos de itens com maiores altas nos preços e as classes de despesas mais representativas na cesta de consumo do brasileiro de renda média e baixa.

Na tentativa de ancorar melhor as expectativas inflacionárias futuras, o Copom apertou o ritmo de alta dos juros, em que o crédito segue encarecendo no Brasil. Até o momento, isso não foi suficiente para arrefecer a dinâmica do endividamento, e o crédito segue sendo a saída do brasileiro para recompor a renda.

A inadimplência deu um primeiro sinal de incremento desde o início deste ano, mesmo com o esforço das famílias em renegociar as dívidas, alongar prazos e melhorar o controle dos gastos.

Sobre a Peic

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados, em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 18 mil consumidores.

Das informações coletadas, são apurados importantes indicadores: percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar suas dívidas, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

O aspecto mais importante da pesquisa é que, além de traçar um perfil do endividamento, ela permite o acompanhamento do nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro deste, levando em conta o comprometimento de sua renda com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Os principais indicadores da Peic são:

- Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;
- Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Tempo de atraso no pagamento – entre até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias;
- Tempo de comprometimento com dívidas – entre até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano.

Em outubro de 2017, houve uma mudança metodológica da pesquisa para refletir melhor as características da população das capitais brasileiras. Desse modo, houve revisão da série histórica a partir de abril de 2016.